

MEMÓRIA HISTÓRICA /
HISTORICAL MEMORY



CULTURA, CIDADE E UNIVERSIDADE: IDÉIAS DE UNIVERSIDADE E ALGUNS INIMIGOS DELA.*

CULTURE, CITY AND UNIVERSITY

CARLOS ANTÔNIO LEITE BRANDÃO**

Essa exposição enquadra-se nas discussões iniciadas sobre a reforma curricular do curso de graduação em direito da UFMG, o que pressupõe um desafio, uma mudança de estrutura e uma adequação visando superar desatualizações, conflitos ou crises que possam estar emergindo ou em curso. Se existe tal crise – entendida como o momento pontual onde uma mudança está sendo exigida, creio que ela não seria apenas da Faculdade de Direito, mas também do Direito em si mesmo e da Universidade enquanto instituição. Indo além, creio que tais possíveis crises se conectam a duas crises mais amplas que entrevejo atualmente e que ultrapassam o âmbito acadêmico: uma crise cultural e civilizatória e uma crise da pólis, da *res publica* e da cidade. Diante disso e da abrangência do assunto, a Universidade, tentarei nessa conferência alinhar algumas considerações sobre a universidade atual faceando a sua história ocidental e seu diálogo com as ideias de cultura e de cidade que suponho estarem em crise. Para tanto, cumpre-me recensear alguns tipos e idéias de universidade e repassar alguns pontos dessa trajetória, mesmo que ela possa ser precedida por algumas instituições árabes anteriores, como em Fez (859) e Cairo (988). Tomo como ponto de partida, até mesmo para compor-me bem como o curso que estamos a abrir com esta aula inaugural, que

* Conferência pronunciada como aula inaugural do curso de Direito no Auditório da Faculdade de Direito da UFMG, em 2 de março de 2015, e que integra nossa produção na pesquisa apoiada pelo CNPq.

** Professor da Escola de Arquitetura da UFMG e Pesquisador do CNPq.
Email: brandao@arq.ufmg.br

as nossas universidades surgiram com a Faculdade de Direito que deu origem à Universidade de Bolonha em 1088, seguida pelas de Oxford (1096), Paris (1170), Cambridge (1209) e Salamanca (1218). As universidades aqui citadas centravam-se em torno da Teologia, inclusive aquelas duas do mundo árabe, as quais dedicavam-se ao estudo do Islã. A exceção é a de Bolonha, a primeira de todas, polarizada pelo Direito e com um regimento que permitia os estudos desenvolverem-se com relativa autonomia – a *libertas academica* - frente à religião e aos outros poderes, de modo a atrair os intelectuais e cientistas para o seu meio¹. Aos poucos, as *facultates* (matérias) especializadas foram se associando e formando os *studium generale* e as universidades, como sua universalidade, seu cosmopolitismo intelectual e sua propensão também para a pesquisa e produção do conhecimento, e não a mera transmissão do conhecimento estabelecido.

Realço aqui duas coisas. Primeira: tais instituições são, basicamente, de ensino, como ressalta o estudo do Prof. Ivan Domingues, que me serviu de base, aqui². Segunda: esse primeiro tipo de universidade, multiplicado nos séculos seguintes, é contemporâneo ao ressurgimento das cidades nos séculos XII e XIII, e esta contemporaneidade não é gratuita. Ambas, cidade e universidade, são lugares do diálogo, da troca e da transmissão de saberes e experiências, do encontro entre disciplinas e ofícios, da conformação de uma universalidade dos conhecimentos e da comparação e contágio recíprocos entre eles. Tenho para mim que as razões antropológicas do ressurgimento da cidade são três,

-
- 1 Esta autonomia era relativa, como dito, e não absoluta. Ela manifesta-se, por exemplo, na eleição do reitor pelos membros da comunidade, pelas decisões tomadas em assembleias gerais, pela decisão interna das promoções, por uma justiça mais independente, pela *cessatio* com que se paralisava as aulas no caso de ferimento dos interesses acadêmicos e por alguns privilégios sociais, jurídicos, econômicos e fiscais, como isenção de impostos
 - 2 Essa revisão histórica apóia-se, em parte, na conferência “A universidade e o mundo contemporâneo” pronunciada pelo Prof. Ivan Domingues no Fórum de Estudos Contemporâneos da UFMG e publicada em PAULA, João Antônio de (org.). *Fórum de Estudos Contemporâneos*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2013. p. 105-127.

além daquelas próprias à proeminência dada ao comércio nos umbrais do mundo moderno: a necessidade de reunir as riquezas compartilhadas por uma comunidade e por uma *res publica*; a fragilidade e precariedade dos homens isolados e suas condições, como a estreiteza do horizonte em que se movia o servo feudal aprisionado entre a terra que ele planta e o céu para o qual ele pretendia se dirigir ao final da vida e a referida troca de experiências e conhecimentos que permite ampliar este horizonte, ter contato com outras profissões e culturas e, assim, encontrar um caminho mais propício para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, do cidadão e da comunidade do “burgo” e da pólis. Essas três razões da cidade servem de alicerce também para a universidade: local do “entesouramento”, para usarmos um termo de L. Munford em sua *História das Cidades*, do saber, das culturas e das experiências; modo de providenciar uma alteridade para nós mesmos e para os nossos conhecimentos e nossas gerações e modo de permitir que encontremos e desenvolvamos nossas potencialidades enquanto indivíduos e cidadãos e enquanto “humanos”. Ou seja: tanto a cidade quanto a universidade são instrumentos para promover, seguindo a distinção de I. Berlin, a liberdade entendida não de forma negativa, como não constrangimento daquilo que se deseja fazer, mas de forma positiva, como desenvolvimento dessas potencialidades e possibilidades. Lugares da liberdade, cidade e universidade são também lugares da formação do humano do homem, *vir virtutis* como diria Cícero, um célebre advogado e jurisconsulto, além de filósofo. Não nascemos humanos, mas tornamo-nos humanos: essa é uma das tarefas da cultura e esse será um papel proeminente atribuído as universidades na Alemanha, por Humboldt, no século XVIII, como veremos.

Uma das condições que mais ameaçam a idéia de universidade advém da perda recente do sentido da cidade como local comum do encontro e da troca das diferenças, o que pode ser visto tanto nos condomínios fechados ou nos guetos e tribos de toda espécie em que as cidades vêm se dividindo, quanto na concepção delas como voltadas para eventos, para o turismo global e para os fluxos e desencontros de toda espécie. Junto disso, advém a ameaça da perda do sentido de cultura enquanto instrumento de construção

da liberdade e do “humano do homem”. No quadro atual, a cultura tem sido absorvida pela indústria, mesmo a “cultural”, e passa a ser vista como lustro superficial, a legitimar-se apenas como uma erudição vazia e inútil ou como algo que é avaliado e medido pelo giro financeiro e pelo glamour que orbita em torno dela. Além disso, ela se torna acessório e instrumento de compensação exigido pela cultura técnica para homologar seu domínio pleno. Ela própria torna-se tecnicalizada. Coadunando-se com isso vemos também os saberes serem totalmente tecnicalizados, como a arquitetura, de onde provenho, cuja complexidade vem se reduzindo ao atendimento de fatores meramente técnicos, como sustentabilidade, acessibilidade, custos e eficiência; como a medicina, quase reduzida aos parâmetros que se lê como ideais nas páginas temíveis dos exames laboratoriais; como a política, reduzida às diretrizes econômicas; como a economia, que perdeu a sua amplitude original de “lei da casa” a permear todos os aspectos da vida para se tornar quase que apenas uma ciência contábil; como a sociologia, reduzida a estatísticas e amostragens dos *surveys*; como o Direito, que se concentra em tecnicalidades de toda espécie e perde de vista o horizonte de justiça, da *res publica* e da liberdade que deu origem tanto a ele, como em Cícero, como à filosofia inaugurada por Sócrates e Platão; e, enfim, como a própria atividade do professor, do pesquisador e do aluno, reduzida a índices e quantidades com que os currículos Lattes são inflacionados e as bolsas concedidas.

Voltando à nossa revisão histórica, dissemos que as primeiras universidades priorizavam o ensino. A pesquisa, então, habitava melhor outros lugares, como as oficinas renascentistas, como as de Verocchio, onde se formou Leonardo da Vinci, e outros ambientes onde a técnica, a arte e as ciências da natureza desenvolviam sem distinguirem-se muito entre si. Essa distinção disciplinar ainda não era rígida e os diversos tipos de saberes se avizinham, como testemunham os pergaminhos de Leonardo, que inicia sua vida em Milão como músico, nos quais vemos, lado a lado, cortes de crânio, escritos de anatomia, anotações diversas retiradas de livros que ele tinha ou lia emprestados ou em bibliotecas, esboços de arquitetura e de máquinas, especulações filosóficas, artifícios cenográficos para entretenimento da corte e, até adivinhações,

profecias e pinturas que depois se tornariam celebérrimas e fonte de recursos inesgotáveis, como a Mona Lisa, carro-chefe do Louvre, e que há alguns dias algum político andava pensando em vender para dar conta dos débitos fiscais da França. Quando hoje falamos de transdisciplinaridade, convém saber que este termo desponta como uma estratégia necessária para todo conhecimento futuro, como, por exemplo, o concernente ao “direito autoral” relativo ao que é produzido no ambiente eletrônico e no mundo globalizado; o “direito” frente às novas questões éticas e biológicas impostas pela biotecnologia; o “direito ambiental”, o qual não pode ser dissociado do plano social e cultural; o “direito internacional e a soberania nacional” diante desse mundo globalizado e, aparentemente, sem fronteiras (pois, como, na cidade, não se perderam as fronteiras que a separava do campo e as que separam as nações entre si: as fronteiras foram introjetadas para dentro delas), onde um percalço econômico na Grécia ou na Islândia ameaça toda a economia planetária, assim como uma gripe que surge na Ásia imediatamente se torna um problema nacional, aqui. O futuro do saber e da universidade exige, portanto, a transdisciplinaridade. Mas cumpre saber que essa transdisciplinaridade já se encontrava esboçada naqueles ambientes das oficinas renascentistas que estavam fora das universidades e em um tipo de conformação do saber ao qual convém reatar depois da divisão disciplinar priorizada e acentuada pela racionalidade ocidental nos últimos 300 anos. Trata-se de ir além das disciplinas e aquém delas, ao ponto onde ainda elas não se separavam rigidamente. E foi o ambiente para tal que cabia às universidades vir a proporcionar.

Devo fazer aqui uma interpolação de modo a alertar para um duplo perigo afeto ao modo com que o termo “transdisciplinaridade” tem sido equivocadamente usado, a meu ver. O primeiro perigo é confundi-lo com uma espécie de metodologia geral da pesquisa ou como uma metadisciplina, uma metaciência ou uma ciência das outras ciências e disciplinas que a ela estariam subordinadas. Assim concebida, a transdisciplinaridade desliza rapidamente para a religião, por exemplo, como costuma acontecer. A transdisciplinaridade não é isso, não se constitui como uma disciplina ou método geral e nem substitui, suspende

ou abole qualquer outra disciplina, campos do saber ou práticas próprias aos ofícios específicos. Ao contrário, ela alimenta-se das disciplinas até aqui constituídas, dos procedimentos, hábitos e diretrizes que as norteiam e as ultrapassam. Mas a existência delas é imprescindível para o transdisciplinar ser apropriadamente conjugado. Correlato a esse primeiro, temos um segundo perigo: o de fazer da transdisciplinaridade um conhecimento geral e superficial que aniquilaria os conhecimentos disciplinares específicos e que se faria apenas na superficialidade destes. O meio onde o contato ou contágio transdisciplinar fecundo ocorre não está na superfície, mas na profundidade alcançada com o domínio e a imersão nas disciplinas, ofícios e campos específicos do conhecimento. Só na medida em que nos aprofundamos neles é que encontraremos o ponto onde é necessário ultrapassar as fronteiras que até então os delimitaram para conjugar-se com o repertório oferecido por outro campo do conhecimento. Exemplo disso pode ser encontrada no projeto de decodificação do genoma. Só na medida em que a genética mergulhou em suas fronteiras é que ela foi obrigada a ultrapassar-se e recorrer a procedimento e técnicas, como as computacionais. O mesmo ocorre em todos os campos, como também no Direito. Repetindo: a transdisciplinaridade não cancela as disciplinas. Ao contrário, alimenta-se delas, interage com elas e trabalha com o que está além, aquém ou entre elas, como as águas em que navegar entre as ilhas e os continentes disciplinares.

Mas voltemos ao nosso assunto. Talvez a maior das clivagens produzidas pela racionalidade moderna ocidental pode ser exemplificada pela obra de I. Kant, tão importante para a ciência do Direito, entre a Arte, responsável pela produção da Beleza, a Moral/Ética, que responde pelo estudo do Bem e que abriga grande parte do Direito, e a Ciência, modelada pela físico-matemática e responsável por produzir e dizer a Verdade. À Ciência aliaram-se a Técnica e seu regime calcado na eficiência. Nossa cultura ocidental conferiu a estas últimas, a Ciência e a Técnica, a prioridade na condução no ritmo do mundo e na constituição de nossa cosmovisão. A verdade e a eficiência tecnocientífica ou tecnológica tornaram-se os legisladores maiores e colocaram as questões do Bem e do Belo em segundo plano. Mas a verdade da ciência, como apontam Heidegger

e Gadamer, é apenas a verdade de um enunciado que aparentemente se mostra mais adequado para descrever um aspecto do real, mas que não é e nem produz a realidade mesma. Na verdade, essa verdade não é a “verdade”, não é a *alethéia* grega, o desvelamento, a revelação de algo que se encontrava escondido e que é “pro-duzido” ou “conduzido” à nossa frente, aos nossos olhos, como o amarelo dos girassóis de Van Gogh, como a plasticidade do concreto armado da igreja de São Francisco de Assis na Pampulha; como a liberdade do amor em *Romeu e Julieta*, de Shakespeare; como a fecundidade do cotidiano exibida nos versos de Drummond; ou como o conflito entre o direito privado e o direito público, o indivíduo e a cidade, que a “Antígona” de Sófocles nos joga na cara e que deveria como propedêutica para as questões fundamentais da justiça e do direito, questões essas que formavam a base da cidade e da formação do homem grego, como aponta W. Jaeger na sua *Paidéia*. Caberia, portanto, à conformação do saber na universidade ver que aqueles três campos, Arte, Ciência e Moral, não podem ser separados entre si e que todos eles formulam concepções de Bem, de Belo e de Verdade com os quais temos de trabalhar. Vem-me aqui a figura de Galileu, no século XVII, não apenas pela interpenetração entre Verdade e Bem, que o levou às barras do Tribunal da Inquisição, mas, mais ainda, pela sua preferência científica por serem as órbitas planetárias circulares, e não elípticas, como defendido por Kepler. Essa opção de Galileu era uma opção mais estética do que fundamentada na observação objetiva dos fenômenos. Ou seja: mesmo o trabalho do cientista ou da jurisprudência não é completamente isento de questões relativas ao Belo. E vice-versa: mesmo o artista e o advogado, mesmo que não percebam, não encontram-se alheios às questões relativas à Ciência e à Moral, por mais que repitam sempre ser suas artes “autônoma”. Também a Universidade não é plenamente “autônoma” e infensa ao que lhe é exterior, mesmo que tenha sido este o propósito maior do regimento daquela inaugural de Bolonha. Mas ela nunca pode ser subserviente.

Ao trazer as pesquisas, além do ensino, que situavam-se em oficinas e laboratórios dispersos, para o âmago das universidades formou-se outro tipo de instituição cujo paradigma encontra-se nas norte-americanas, como o MIT, criado em 1862 e cujo modelo

de centro de inovação tecnológica e de criação de patentes aliado a indústrias e outros órgãos replicou-se como no Instituto de Tecnologia da Califórnia, de 1891, responsável pelo Projeto Apollo, e em várias instituições que vêm sendo modeladas atualmente na Ásia e muito timidamente no Brasil.

Mas dissemos acima que a universidade não pode ser subserviente: não apenas ao poder político ou religioso, mas também ao que se encontra por demais estabelecido e difundido como verdade pela opinião geral. A Universidade, principalmente a pública, é, por excelência, o lugar onde se fermenta pontos de vista que colocam o mundo, e ela própria, em questão, e onde se acolhe tipos de saberes e formações profissionais que não se encontram vigentes e que não teriam lugares senão dentro dela. Temos aqui de visitar novamente a história e pensar nos propósitos com que as universidades foram instaladas, tardiamente, em nosso país: a primeira é a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, e 14 anos depois, a USP. O objetivo, era, então, providenciar uma competência técnica no Brasil a partir dos cursos de Medicina, de Engenharia e, como sempre, de Direito. É de se pensar se essa tarefa ainda é central para as nossas universidades públicas, hoje, quando multiplicaram-se instituições e centros tecnológicos capazes de formarem essa mão de obra técnica solicitada pelo mercado.

Diante disso, creio que as universidades públicas deveriam concentrar-se mais na pesquisa, naquilo que é de ponta e naquilo que pouco ou nada interessa ao mercado profissional, mas que é relevante para o mundo público, para o bem comum e para a edificação de uma verdadeira *res publica* entre nós³. Essa formação republicana aponta para a incorporação nos diversos cursos das universidades públicas de um princípio que norteou o modelo de universidade criado por W. Humboldt em Berlim no qual à aliança entre ensino e pesquisa e à formação científica acrescentava-se a formação humanista e

3 Cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Uma universidade dentro da Universidade, DIVERSA, REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Ano 12, número 20, abril de 2013, p. 37-41, e BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A Inclusão Social e a Exclusão da Idéia de Universidade. In: PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória (org.) *Universidade Pública e Inclusão Social: Experiência e Imaginação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 238-263.

cultural ampla do cidadão e uma “cidadania científico-cultural” que permitisse ao discente ir além de sua especialização, compor um conhecimento que não fosse apenas uma mercadoria a ser vendida no mercado de trabalho e conectar-se com outras áreas do saber e da vida transcorrida fora dos muros da ciência e da academia. Isso nos faz pensar em “formações transversais complementares” focadas em temas que atravessassem vários campos do conhecimento – como a água, o tempo, a cidade – e, como Boaventura Santos, em uma extensão universitária “invertida”, que trouxesse esses saberes externos para dentro da universidade no mesmo ou em grau maior do que o saber que ela leva para fora através do ensino, da pesquisa e de seus programas chamados de extensão (muitos dos quais nada mais são do que prestações de serviço e consultorias dissimuladas). Mesmo porque inúmeras áreas, sobretudo emergentes, desenvolvem-se mais agilmente fora do que dentro dos muros da universidade, como as de criação de games ou de produtos audiovisuais⁴. Além disso, a formação republicana remete também ao modelo francês das *Grandes Écoles*, desenvolvido após a revolução de 1789, dedicado a formar quadros para a administração, gestão e interesse público.

Rapidamente, esboçamos aqui alguns modelos de universidade que podem hibridizar-se dentro de uma mesma instituição: as universidades de ensino, de pesquisa, de cultura, de formação do cidadão e do gestor público e as escolas e centros tecnológicos de nível superior. Mas falta ainda um outro modelo que me parece estar norteando as instituições brasileiras, públicas e particulares: a universidade de massa, a qual cumpriria enfrentar o déficit cultural e educacional da nação. Essa estratégia pode ser válida, mas julgamos que ao lado disso, ou melhor, dentro disso, há lugar para desenvolvermos “centros de excelência” orientados para a integração entre ensino e pesquisa, para a formação do caráter e do cidadão dedicado às questões relativas ao interesse público e ao bem comum, para o conhecimento avançado – desde laboratórios especializados até núcleos transdisciplinares – e

4 Sobre as profissões emergentes e sobre os novos modos de se trabalhar mesmo em profissões tradicionais, como o Direito, cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Profissões do Futuro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

para o que não é voltado imediatamente para atender ao mundo técnico e profissional do presente. Esses centros internos de cada universidade abrigariam docentes, pesquisadores e discentes selecionados mediante projetos que poderiam ter como critério a sua relevância pública e o seu caráter avançado, crítico, auto-crítico e transdisciplinar, por exemplo. Trata-se aí de estabelecer uma universidade sobre o alicerce da cultura e da *res publica*, e não apenas sobre o universo da técnica e do mercado. Definir esse foco e esse alicerce me parece mais salutar do que procurar atender a tantas missões que afogam a universidade pública, tornam caótica a sua organização e confundem as suas metas, que ficam sempre a deriva de pressões exógenas contingentes⁵. E, se o caminho para uma universidade de massa não tem volta, cumpriria, então, inventarmos uma universidade dentro desta universidade de massa; um lugar que, mais do que nos informasse, nos transformasse, nos comovesse, nos tornasse distintos de uma massa indistinta e alheia à origem e ao destino comuns que, se compartilhados, nos fazem sair da massa e ingressar numa sociedade.

Além desses tipos de instituição, apontamos alguns inimigos “externos” da idéia de universidade (embora os “internos” sejam talvez até mais numerosos e perigosos), tais como: o desfibramento da cidade e da *res publica* ao lado da hipertrofia da *res privata* e da ideologia do indivíduo auto-suficiente; a retração do mundo público; o enfraquecimento de interações e intercâmbios profundos e a multiplicação de “muros” e “fronteiras” de diversas espécies dentro de um mundo cada vez mais globalizado; a estratégia inadequada com que tentamos lidar com os problemas cada vez mais complexos e multifacetados que emergiram na contemporaneidade; a tecnicalização total do mundo, inclusive das ciências e das artes; a desvalorização da cultura enquanto formadora do “humano do homem”; o esgarçamento das relações sociais e políticas; a estetização e a espetacularização da vida pela mídia e pelo consumo; o tarefismo e o controle total do nosso tempo, e até do nosso lazer,

5 Cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Uma universidade dentro da Universidade, DIVERSA, REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Ano 12, número 20, abril de 2013, p. 40-41.

a que ficamos sujeitos; e a progressiva troca da liberdade pela segurança, o que nos lembra as origens do período medieval que as universidades e cidades ajudaram a dar fim. A esses inimigos poderiam ser acrescentados outros, como a perda ou artificialização da memória, o “presentismo” e o “utilitarismo” em que estamos afogados, as pressões enormes do mercado que tentam fazer da academia uma entidade de negócios e reduzi-la ao atendimento demagógico das demandas de massa, do consumo e das opiniões pré-fabricadas pela mídia. Nessa universidade o conhecimento não palpita mais e o saber carece de sabor. Mas, para concluir, falarei apenas de mais um inimigo: a perda da “universalidade”, a qual é definidora da própria idéia de universidade. Noções capitais como as de solidariedade, verdade, liberdade, virtude pública ou justiça têm sido relativizadas demais e perdem sua substância e sua capacidade de nos nortear dentro de uma vida comum. Ao lado disso, a sedução do contingente e do efêmero impõe-se de tal forma que não se equilibra mais com a permanência, com a solidez e com o universal. Todos os aspectos de nossa vida e de nosso mundo tornaram-se “líquidos” ou “gazosos”, como dizem Bauman e Michaud, inclusive o capital, a arte, o justo e o amor. Minha conclusão aqui é, então, a mesma já exposta em outro artigo⁶: nosso tempo é de crise dos universais, sem os quais não existe a universidade e a sua idéia. Precisamos voltar a cultivar o terreno onde esses universais venham a florescer de novo e pautem nossos pensamentos, nossas ações, nossas relações e nossa educação, mesmo que seja criando uma universidade dentro das universidades de massa. Se é que isso seja possível dentro de um mundo tão fragmentado e esmigalhado, como o do início do Medievo. E isso não é para ser feito amanhã ou depois, mas já, apesar do mercado, da burocracia, do tarefismo, do utilitarismo, da fragmentação, da liquidez e da gazeificação que assolam todas as dimensões de nossa vida individual e pública e de grande parte de nossas mais nobres instituições e invenções, como a cidade, a universidade e o Direito.

6 BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Uma universidade dentro da Universidade, DIVERSA, REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Ano 12, número 20, abril de 2013, p. 41.

